

PROCESSO Nº
42/11

REG. PROC. Nº
05

FL. 1
FOLHA Nº
18v



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
Estado de São Paulo

AUTOS DE

PROJETO DE LEI Nº 26/11

Implanta o Disque Denúncia Municipal

Autor: de **Ver. Pablio J. Rebessi**

AUTUAÇÃO

Aos **dezoito** dias do mês de **abril** de **2011**
autuo **o P.L. nº 26/11 em frente**

Eu,

,subscrevi



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº. 26/2011

“Implanta o Disque-Denúncia Municipal”

Art. 1º. Fica instituído o Programa implantação do Disque-Denúncia Municipal. Referida medida visa aproximar a comunidade das polícias e da Guarda Municipal.

Parágrafo único. O serviço será mantido pela Secretaria dos Assuntos de Segurança, que disponibilizará uma linha telefônica para que a população denuncie atos ilegais cometidos na cidade.

Art. 2º. Objetivos:

I - o serviço vai servir de apoio aos órgãos de segurança que atuam em Leme, visto que permitirá vários tipos de denúncias;

II - o serviço mantido em Leme garantirá maior agilidade, já que as informações estarão nas mãos das autoridades competentes o mais rápido possível. "Existe um disque-denúncia estadual que funciona. Mas até a informação chegar ao município pode demorar."

III - sigilo absoluto das informações e da identidade do autor da denúncia.

Art. 3º. Serão desenvolvidas políticas públicas para a otimização das ações governamentais e não governamentais, buscando a participação do empresariado e das organizações sociais na aplicação desta Lei.

Parágrafo único: Todos os projetos e ações voltadas ao cumprimento desta Lei serão amplamente divulgados, de forma a propiciar a efetiva participação da sociedade.

Art. 4º. O Poder Executivo Municipal, nos termos da regulamentação, indicará a capacidade de adaptação da infraestrutura do projeto acima mencionado pelos órgãos do Executivo.

Art. 5º. – As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º. – O Disque-Denúncia será atendido pelo número 181, com ligações gratuitas.

Art. 7º. – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME
Prot.N. 190 L. Nº 31 Fls. 18
Recebido em 18 de 12 de 20 11
111
FUNCIONÁRIO

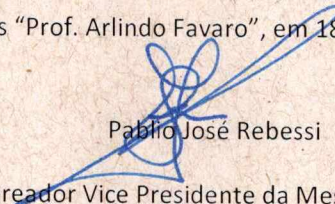
REGISTRO

Registrado sob o nº de ordem 42
fls 18, do Registro de Processo nº 5
Leme, 18 de 4 de 20 11
Funcionário 117



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

Sala das /sessões "Prof. Arlindo Favaro", em 18 Abril de 2011.


Pablo José Rebessi

Vereador Vice Presidente da Mesa Diretora





CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

Justificativa

A iniciativa de instituir o programa objetiva apresentar a Câmara municipal de Leme, com objetivo de despertar o exercício da cidadania. Pela implantação do Disque-Denúncia Municipal pelo novo serviço deve contribuir e muito para a redução dos índices de criminalidade. Isso porque, já existe um somatório de forças, como a integração com as polícias Civil e Militar, e agora todas terão um canal de comunicação com a sociedade. "O Disque-Denúncia estadual é um sucesso e esperamos que o nosso também seja. As informações serão divididas entre as polícias, para que o cidadão tenha uma resposta rápida." Pois o serviço estabelece um vínculo entre sociedade e as forças de segurança.

O Projeto de Lei autoriza todos os ônibus coletivos de Leme, a circular com o adesivo do "181 Disque-Denúncia" colado no vidro traseiro, com objetivo de auxiliar no combate a criminalidade.

Uma política de segurança pública só terá sucesso se representar o resultado da participação efetiva de toda a sociedade no controle e redução da criminalidade e da insegurança.

O "181 Disque-Denúncia" é um número gratuito de telefone que atende a todo o Estado São Paulo, recebendo ligações de telefones fixos ou móveis, 24 horas por dia, sete dias por semana, traduzindo-se num canal seguro disponibilizado à população para qualquer informação de interesse da segurança pública, como atuação de quadrilhas e gangues, abusos contra crianças, mulheres e idosos, desvios e omissão de servidores públicos, autoria de crimes, localização de foragidos, pontos de tráfico de drogas, porte ilegal de armas, maus-tratos e outros, proporcionando importante auxílio à atividade policial.

Em todas as ligações é garantido o sigilo e o anonimato do informante, que recebe uma senha secreta para complementar, acompanhar e cobrar, a qualquer tempo, a tramitação da denúncia junto aos órgãos responsáveis.

Apesar de ser um canal importante de combate a criminalidade, ele só será viável, com o incremento das prefeituras municipais e suas secretarias de segurança. Este Projeto de Lei deve primar pela interação comunitária.

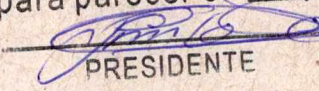
O Projeto prevê participação, divulgação e memorização maciça do "181 Disque-Denúncia" em toda cidade.

Sala das Sessões Prof.º Arlindo Favaro, em 18 de abril de 2011.

Vereador Pablo Jose Rebessi (PMDB)

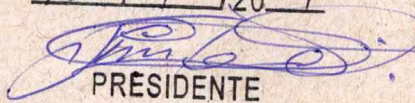
Vice Presidente Mesa Diretora

A Assessoria Legislativa
para parecer em 18/4/11


PRESIDENTE

Ao Expediente

18 11 20 1


PRESIDENTE

A(s) Comissão(ões) de

C.J.F. ☒

O.F.C. ☒

O.S.P. ☐

C.E.C.L.T. ☒

P.O.O.P.S. ☒

Em 18/11/11



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº. 26/2011

EMENTA: Implanta o Disque Denúncia Municipal.

AUTORIA: Vereador Pablo José Rebessi.

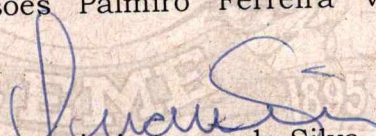
PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

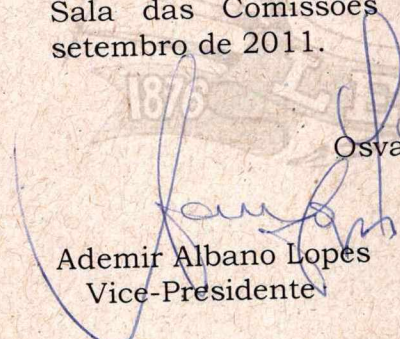
A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, reunida na Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, analisando detidamente o presente Projeto de Lei, apresenta o relatório, que também é o voto de seus membros, bem como o parecer:

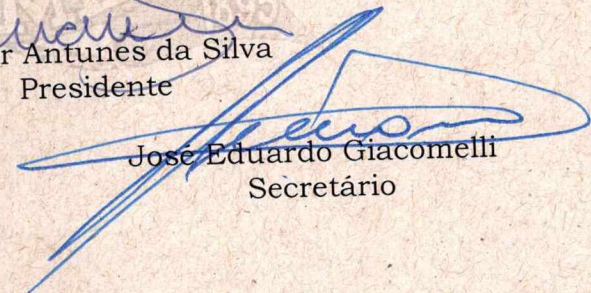
1-) Trata-se de Projeto de Lei, que busca o N.Edil criar o Programa de Implantação do Disque-Denúncia Municipal.

2-) No entender da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, **o projeto é ilegal e inconstitucional frente à Constituição Federal**. Por isso, somos de parecer **CONTRÁRIO** ao projeto de Lei em questão, pois viola o princípio da Separação dos Poderes, avançando o Poder Legislativo em matéria restrita de iniciativa do Poder Executivo, isto é, cabe ao Chefe do Poder Executivo a administração da coisa pública e gestão das políticas públicas, como também, há vício no que tange a iniciativa, pois esta cabe ao Chefe do Poder Executivo, por acarretar despesas.

Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, em 8 de setembro de 2011.


Osvald Antunes da Silva
Presidente


Ademir Albano Lopes
Vice-Presidente


José Eduardo Giacomelli
Secretário